



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Violência, ódio e apatia em sociedades democráticas			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Tatiana Poggi	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-Rio	Professora adjunta
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Esta comunicação vem discutir o aumento dos grupos de ódio e o crescimento de crimes motivados pelo ódio e pela intolerância em democracias liberais, em especial nos EUA. Partiremos de algumas ponderações teóricas sobre o caráter da democracia liberal e sobre a visão liberal de sociedade civil, pensada como ambiente isento de conflitos. A discussão proposta contribui para o recente debate, trazido por Ellen Wood, Domenico Losurdo e Robert McChesney, sobre caráter complexo e paradoxal da democracia contemporânea, atentando para sua dimensão violenta e antidemocrática. As análises sobre o crescimento dos crimes de ódio no mundo contemporâneo são um aspecto intrínseco a esse ambiente democrático, que comporta crescentes expressões de violência, é conivente para com o ódio e a violência contra minorias e promove de forma implícita e sofisticada a passividade política.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Crimes de ódio; democracia; EUA			
ABSTRACT			
<p>This paper discuss the recent increase of hate groups and criminal actions motivated by hate and intolerance in liberal democracies, especially in the USA. We shall start with some theoretical notes on the characteristics of liberal democracies and the liberal view of civil society, seen as a harmonious social environment, free of conflict. The discussion is a contribution to the recent debate brought by Ellen Wood, Domenico Losurdo and Robert McChesney over the complex and paradoxical character of contemporary democracies, pointing towards its violent and antidemocratic dimensions. Researching the growth of hate crimes in the contemporary world is an intrinsic aspect of a democratic environment, that copes with increasing expressions of violence against minorities and promotes political passiveness in an implicit and sophisticated way.</p>			
KEYWORDS			
Hate crimes; democracy; USA			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a transformação social			

De modo crítico e irreverente, Chambers e Kopstein procuram resgatar o debate sobre a sociedade civil, defendendo que esta esfera não consiste simplesmente num mundo onde impera o consenso, isento de coerção ou violência.

No artigo intitulado “Bad civil society” (CHAMBERS;KOPSTEIN, 2001), os autores recuperam perspectivas liberais tradicionais sobre sociedade civil, as quais afirmam, ainda que por caminhos diferentes, que uma sociedade civil robusta e vibrante fortalece e enriquece a democracia. Remontando à visão toquevilliana de que as virtudes e viabilidades da democracia dependem da robustez da vida associativa¹, Chambers e Kopstein investigam o sentido de democracia para o pensamento liberal, suas contribuições e limitações, e como foi se tornando consenso, influenciando fortemente o debate sobre sociedade civil. A questão da democracia é colocada, assim, em termos de possibilidade de livre participação e construção de sujeitos coletivos mobilizados em torno de uma causa ou projeto de sociedade. Uma sociedade civil robusta e desenvolvida ofereceria mais possibilidades para tal, e isso é entendido como um ambiente plenamente democrático.²

Mas que dizer de uma sociedade civil repleta de organizações autoritárias, intolerantes e antidemocráticas? Até que ponto organizações desse tipo contribuem para o fortalecimento da democracia? O artigo de Chambers e Kopstein faz com que nos defrontemos com essas questões e pensemos se apenas a existência de uma multiplicidade de formas associativas garante, por si só, mais democracia. “A questão mais importante com que nos deparamos é que tipo de sociedade civil promove democracia. Em outras palavras, a escolha não é realmente entre isolamento e participação, mas entre diferentes tipos de participação.” (CHAMBERS;KOPSTEIN, 2001.p.838)

Isso porque, segundo os autores, além das qualidades positivas associadas à sociedade civil como possibilidade de participação direta, liberdade de associação e construção de sentidos de coletividade, pertencimento e confiança, esta comportaria também um lado menos harmonioso, menos virtuoso, um lado “bad”. Partindo do caso de Benjamim Smith, membro da World Church of the Creator, que em julho de 1999 perseguiu a tiros judeus, negros e asiáticos, Chambers e Kopstein entendem que sociedade civil pode também ser palco de manifestações de violência e coerção e que o aumento da participação em organizações com tal caráter não fortalece, ao contrário, enfraquece a democracia, mesmo aquela pensada nos moldes do liberalismo. O artigo revela ainda que o debate acadêmico não tem dado conta das implicações teóricas e empíricas colocadas por essas expressões

¹ Sobre essa discussão ver: TOCQUEVILLE, Alexis. *Democracy and the terrain of association*. New Jersey: Princeton Univ. Press, 2000. Sobre esse debate os autores se referem aos trabalhos de: WALTZER, Michael. *The civil society argument*. In: MOUFFE, Chantal. *Dimensions of radical democracy*. London: Verso, 1992. COHEN, Joshua; ROGERS, Joel. *Associations and democracy*. New York: Verso, 1995. COHEN, Jean; ARATO, Andrew. *Civil society and political theory*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

² Para esta vertente, a democracia restringe-se à quantidade e variedade de formas associativas. Deixa de lado o fato de que, em uma sociedade desigual, as oportunidades de participação política, realização profissional, ganhos materiais, acesso à cultura, etc. não são democraticamente distribuídas sendo, portanto, uma democracia imperfeita.

de violência organizada na sociedade civil, sendo frequentemente explicadas como inadequações, desvios à norma social.

O debate sobre o papel das expressões de violência na sociedade civil é também uma querela no campo do marxismo, em especial entre os interpretes de Antonio Gramsci. A discussão é deflagrada a partir das análises de Norberto Bobbio acerca das diferenças entre o pensamento de Marx e Gramsci. Bobbio pontua que a sociedade civil em Marx integra o momento estrutural, das relações materiais, condicionando e regulando o Estado. A sociedade civil é, desse modo, entendida como positiva, momento ativo, lócus da mudança e do desenvolvimento histórico. O Estado, na interpretação de Bobbio, seria marcado por seu caráter coercitivo, entendido como um instrumento da dominação de classe, subordinado à sociedade civil. Diante disso, Bobbio conclui que a concepção marxiana de Estado seria respectivamente instrumentalizante, particularista e negativa.

O diferencial trazido por Gramsci, segundo Bobbio, seria principalmente o lugar distinto ocupado pela sociedade civil, não integrando mais o momento estrutural, mas o superestrutural, relativo às relações ideológico-culturais. “Bobbio parece supor que a alteração efetuada por Gramsci o leva a retirar da infra-estrutura essa centralidade ontológico-genética [explicação da história], explicativa para atribuí-la a um elemento da superestrutura, precisamente à sociedade civil.”(COUTINHO, 1981, p.88) Ao identificar na sociedade civil gramsciana o “novo motor da história”, base para toda e qualquer mudança social, Bobbio inverte a relação marxiana básica estrutura-superestrutura, além de identificar a sociedade civil como o momento ideológico da superestrutura, estando, portanto, ausente a coerção, o controle e a violência.³

Entendemos que os conceitos gramscianos são mais bem entendidos quando tratados de modo combinado. Os pares conceituais do filósofo sardo se relacionam de forma dialética e, por essa razão, uma separação entre coerção e consenso, força e persuasão, dominação e hegemonia, sociedade civil e sociedade política, Estado ampliado e estrutura social só deve ser feita, quando muito, para fins didáticos.

Bobbio parece não dar maior importância a esse movimento imprescindível que é a dialética, talvez a maior herança de Marx em Gramsci. Ele interpreta os conceitos de forma demasiadamente separada, como se a sociedade civil fosse a esfera reservada à hegemonia e esta, por sua vez, fosse composta unicamente por relações de consenso e persuasão. Coerção, dominação e força; por outro lado, seriam exercidas na sociedade política, o que ele qualifica como componente negativa do

³ A interpretação de Bobbio influenciou de formas diferentes muitos outros autores como Hugues Portelli, Giovanni Semeraro, Carlos Nelson Coutinho, etc. Foi também fortemente criticada no que diz respeito à inversão entre estrutura e superestrutura e à forma esquemática como aborda os conceitos gramscianos. Dentre os críticos destaque: ANDERSON, P. Afinidades Seletivas. São Paulo: Boitempo, 2002. DIAS, Edmundo Fernandes et alli. O Outro Gramsci. São Paulo: Xamã, 1996. BIANCHI, Alvaro. O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

Estado ampliado. Visto desse prisma, contudo, como entender as expressões de violência e intimidação presentes na sociedade civil?

A comunicação aqui proposta vem estreitar essa lacuna, aprofundando uma discussão tangenciada durante a pesquisa de doutorado sobre neofascismo: o crescimento dos crimes de ódio nos EUA no último terço do século XX, em especial após as conquistas angariadas pelo movimento pelo direitos civis, e sua inserção em um ambiente supostamente livre e aberto ao diálogo e à negociação, a democracia liberal. Através da discussão sobre o aumento recente de grupos que incitam ódio e a violência e dos crimes motivados pelo ódio e intolerância, pretendemos contribuir para o recente debate, trazido por Ellen Wood, Domenico Losurdo e Robert McChesney, sobre caráter complexo e paradoxal da democracia contemporânea.

Os três, bem como os autores do artigo acima mencionado, discutem a dimensão violenta e antidemocrática, assim como o caráter exclusivista, coercitivo e pouco participativo da democracia moderna. Por caminhos distintos, esses autores analisam criticamente a conjuntura democrática atual, em especial a norte-americana, questionando inclusive o caráter “democrático” dessa.

À exceção de McChesney, os demais autores procuram recuperar discussões teóricas sobre democracia, cidadania e sociedade civil para então seguirem com suas críticas e ponderações. Chambers e Kopstein resgatam o debate liberal sobre sociedade civil livre, pujante e harmônica e questionam até que ponto se consegue manter vivo um ambiente democrático com crescentes apelos à violência e ao autoritarismo; até onde a democracia consegue resistir às forças antidemocráticas. Wood e Losurdo também dialogam com a matriz liberal, a primeira indo mais além ao traçar um panorama histórico do desenvolvimento da democracia enquanto pensamento e prática social desde a Antiguidade clássica.

Wood salienta as diferenças entre liberdade, pluralismo e democracia, enfatizando que os primeiros integram governo ativo do povo, expressão política do poder popular. Por essa razão, a autora defende que o capitalismo é incompatível com a democracia, uma vez que, apesar da cidadania no capitalismo ser mais abrangente e amplamente inclusiva se comparada à ateniense, é também demasiadamente passiva, pouco militante, alienada e alienante para maioria de seus integrantes. Não há democracia capitalista em que o poder ou a vontade da maioria prevaleça sobre os imperativos da acumulação e do mercado. (WOOD, 2006)

Losurdo é o mais enfático no que toca ao nível de autoritarismo corrente nas relações políticas e sociais, a ponto de caracterizar o regime norte-americano atual como bonapartista soft. Segundo ele, o bonapartismo soft comportaria três dimensões. Primeiramente, o véu democrático, representado pelas eleições e pela liberdade de imprensa, torna-se cada vez mais frágil, em vista: do controle da imprensa e da mídia por um número extremamente restrito de megacorporações; e do desenvolvimento da competição eleitoral se dar sobre uma única base, ou seja, defendendo um

projeto de nação bastante similar. Tais aspectos esvaziam a ideia de competição e as alternativas políticas em debate. Além disso, o autor aponta a facilidade dos presidentes hoje, especialmente o norte-americano, em exercer amplos poderes estendidos - na forma do Estado de exceção, da aprovação de atos patrióticos ou da declaração de guerras “preventivas” - legitimado por um gigantesco aparelho propagandístico. O alto nível de absenteísmo e alienação, impressos na sociedade civil, completam o quadro do bonapartismo soft. (LOSURDO, 2004.p.300-322)

A discussão sobre a monopolização da mídia trazida por Losurdo é, por sua vez, mais profundamente desenvolvida pelo professor de comunicação social Robert McChesney. Seu trabalho conjuga a análise do impacto da globalização e dos avanços tecnológicos recentes com o desenvolvimento do neoliberalismo e o processo de concentração de capital na indústria cultural. McChesney afirma que o nível de monopolização e comercialização da mídia compromete seriamente o poder de difusão de informação, debate e politização das sociedades contemporâneas e, conseqüentemente, o potencial democrático delas.

A peça principal das políticas neoliberais é, invariavelmente, a reivindicação de desregulamentar a mídia comercial e os mercados de comunicação. Na prática, isso significa que são “re-regulamentados” para servir aos interesses empresariais. (...) o sistema de mídia comercial existente é tão importante para o projeto neoliberal, pois é singularmente brilhante ao gerar o tipo exato de falsa cultura política que permite que a dominação empresarial prossiga sem usar um Estado policial nem enfrentar resistência popular efetiva. (McCHESNEY, 2005.p.218-234)

O que podemos perceber a partir das críticas dos autores é que o próprio significado de democracia foi se transformando no tempo, adquirindo por vezes facetas mais inclusivas e participativas, por outras, mais excludentes e alienantes.

Os anos de construção do reformismo democrata norte-americano e, analogamente, as experiências dos Estados de Bem-Estar social na Europa do pós-Segunda Guerra Mundial foram marcados especialmente por políticas públicas que universalizaram os direitos políticos - sufrágio universal - e que agregam à democracia um conteúdo material, pela conquista dos direitos sociais e econômicos.⁴

Herdeira das tradições revolucionária francesa e socialista, essa abordagem mais inclusiva e social de democracia se traduziu em políticas públicas implementadas nos países centrais por aproximadamente três décadas. Todavia, não reinou única e soberana, sendo fortemente atacada por versões modernas do ideário formal e liberal de democracia.

⁴ Sobre essa discussão ver: Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU,1948. http://www.prr3.mpf.gov.br/imagens/boletim_info/dudh-onu.pdf LIPSET, Seymour Martin. Political Man: the social bases of politics. New York: Doubleday, 1960. DAHRENDORF, Ralf. Class and Class conflict in industrial society. California: Stanford Univ. Press, 1959. FRASER, Steve; GERSTLE, Garry (org). The rise and fall of the New Deal Order:1930-1980. New Jersey: Princeton Univ. Press, 1989. SCHLESINGER Jr. Arthur. The coming of the New Deal 1933-1935. Boston: Houghton Mifflin, 2003.

A matriz teórica das recentes perspectivas menos inclusivas e participativas, não raro associando democracia à livre competição de mercado, remonta aos escritos de Ludwig von Mises, Friedrich Hayek, Karl Popper, Joseph Schumpeter e, mais recentemente, por Norberto Bobbio.⁵ Esse ideal de democracia, intimamente associado ao projeto neoliberal de sociabilidade, foi ganhando cada vez mais espaço e legitimidade ao final do século XX, fruto de uma maior organicidade intelectual e política dos projetos conservadores, do enfraquecimento político-social dos reformismos e do agravamento da crise estrutural do capital.

Ao passar por esses diferentes contextos, podemos observar entendimentos distintos sobre o significado e a abrangência do direito à cidadania, à participação política, à liberdade, à dignidade sócio-econômica, etc. A comparação se faz necessária de modo a percebermos que a democracia, como modo de sociabilidade e organização política alternativa ao republicanismo clássico, ao autoritarismo monárquico ou ditatorial, é uma construção histórica e social, uma construção em debate e em transformação. Democracia é um campo de disputa, não um caminho singular, natural, típico de sociedades capitalistas ocidentais.

O aumento exponencial dos crimes de ódio, bem como a contrapartida vista nos projetos e programas públicos e privados de combate e prevenção do ódio social vêm expressar um aprofundamento das contradições e dos conflitos na sociedade norte-americana. A vitória da democracia capitalista sobre o dito “totalitarismo socialista” não trouxe a harmonia, o consenso e a prosperidade tão largamente anunciados. Se o neoliberalismo e a democracia liberal são o caminho para a prosperidade e para a paz, sem espaço para outra alternativa, há algo no mínimo estranho com esse ideal que nos aprisiona em um mundo cada vez mais empobrecido e cheio de ódio.

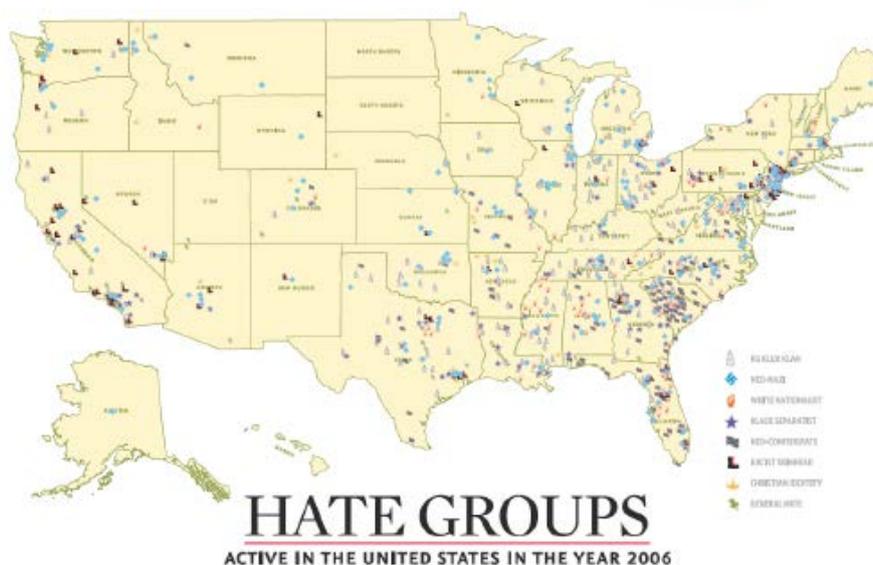
Um estudo sobre crescimento dos crimes de ódio numa sociedade que se coloca como pilar da liberdade e da democracia pretende demonstrar que a sociedade civil está longe de ser um terreno restrito às relações pacíficas, pautadas no consenso. Organizações de cunho fascista, segregacionista e fundamentalista, carregadas de conteúdo violento e autoritário, se desenvolvem no seio, e não à margem, da sociedade civil.

Southern Poverty Law Center
Annual List of Active Hate Groups in the U.S.A.

⁵ Sobre essa discussão ver: SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. São Paulo: Abril Cultural, 1984. HAYEK, Friedrich. O caminho da servidão. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. BOBBIO, Norberto. O filósofo e a política: antologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

Year	total	Nº. of Klan	Nº. of Neo-Nazi	Nº. of Skinhead	Nº. of Black Separist
1996	241	73 Klan	67 Neo-Nazi	37 Skinhead	n/a
1997*	474	127 Klan	100 Neo-Nazi	42 Skinhead	12 Black Separist
1998	537	163 Klan	151 Neo-Nazi	48 Skinhead	29 Black Separist
1999	457	138 Klan	130 Neo-Nazi	40 Skinhead	21 Black Separist
2000*	602	110 Klan	180 Neo-Nazi	39 Skinhead	48 Black Separist
2001	676	n/a	n/a	n/a	n/a
2002	708	n/a	n/a	n/a	n/a
2003	751	n/a	n/a	n/a	n/a
2004	762	n/a	n/a	n/a	n/a
2005	803	n/a	n/a	n/a	n/a
2006	844	n/a	n/a	n/a	n/a
2007	888	155	207	90	n/a
2008	926	186	194	98	n/a

HATE MAP - Southern Poverty Law Center



Em nome da democracia são defendidos muitos programas privados e políticas públicas desde meados dos anos 1980. Expressões de violência e projetos autoritários de sociedade sempre existiram nos EUA. Todavia, o conflito entre democracia e autoritarismo só veio a se acirrar durante a crise social em fins dos anos 1970, oriunda da queda de lucratividade do setor de manufaturados, observada nos países centrais a partir de meados da década de 1960, e do desmantelamento do reformismo democrata.⁶ Surgiram, a partir de então, centenas organizações

⁶ Para uma explicação sobre a superprodução no setor de manufaturados e o conseqüente declínio da taxa de lucro nos EUA e demais países centrais ver: BRENNER, Robert. O boom e a bolha. Rio de Janeiro: Record, 2003. Para uma discussão sobre as transformações e perda de espaço político do reformismo democrata ver: FRASER, Steve; GERSTLE, Gary (org). The rise and fall of the New Deal Order:1930-1980. New Jersey: Princeton Univ. Press, 1989. BRUNHOFF, Suzanne de. A hora do mercado: crítica do liberalismo. São Paulo: Unesp, 1991.

antidemocráticas e antiliberais, defendendo uma outra faceta do capital, assentada no autoritarismo, no antiliberalismo, na intolerância e, muitas vezes, no racismo aberto.

Assim é possível entender como a batalha do capital contra os direitos sociais e as políticas distributivas, típicos do reformismo, vai se tornando menos evidente conforme a construção de consenso em torno da agenda neoliberal, embora não cesse a batalha em nome da democracia e da tolerância. É justamente nos anos 1990 e 2000 que surgem os mais incisivos programas privados voltados para a denúncia e auxílio a vítimas do ódio e da intolerância. É também durante a década de 1990 que é aprovada a emenda de agravante de crime quando motivado por ódio.

O trabalho desenvolvido por agências públicas e entidades privadas, seus avanços e desafios no combate e prevenção dos crimes de ódio, visa tentar controlar expressões de ódio e violência, assim como fortalecer as bases do respeito e da tolerância na sociedade norte-americana.

Apesar de o FBI e o Departamento de Justiça, agências federais de investigação e segurança pública, prezarem oficialmente pela integridade de todos os cidadãos e seus estabelecimentos indiscriminadamente desde os anos 1960 - especificamente a partir do Civil Rights Act de 1964 - nota-se que debates, projetos e medidas legislativas mais enfáticos e voltados especificamente para o problema do crime de ódio só apareceram em fins da década de 1980⁷. Esse intervalo de tempo foi marcado pelo aumento significativo de grupos promotores do ódio organizado, os grupos de ódio. Grupos de ódio investem pesadamente na difusão ampla e gratuita de materiais de mídia, impregnados de uma visão de mundo violenta e intolerante. Tal poder de difusão cresceu exponencialmente com a popularização da internet no início dos anos 1990. As décadas de 1980 e 1990 foram palco de manifestações de terrorismo doméstico, como a série de roubos e assassinatos perpetrados pela The Order e o atentado ao prédio do FBI na cidade de Oklahoma, todos em nome da causa ariana.⁸

Desse modo, entendemos que a preocupação crescente em torno da segurança nacional desempenhou um papel relevante na condução das políticas públicas e dos projetos privados

⁷ Destacamos algumas iniciativas do governo no combate e prevenção aos crimes de ódio: o relatório informativo A policymaker's guide to hate crimes produzido pelo Departamento de Justiça em 1997; as legislações que contribuíram para o combate dos crimes de ódio, como o Hate Crime Statistics Act, de 1990 (USC 534, t.28); o Violent Crime Control and Law Enforcement Act, de 1994 (28 U.S.C. 994), o Local Law Enforcement Hate Crimes Prevention Act; investigações do FBI sobre atuação de grupos neofascistas; programas educacionais do Bureau of Justice Assistance voltados para o treinamento de policiais e promotores e para a conscientização de jovens.

⁸ Em nome da "causa ariana" e da construção do lar ariano no noroeste do EUA, a The Order se envolveu nos anos 1980 em uma série atos criminosos: falsificação, assalto a bancos (Seattle US\$25.000 e Spokane US\$3.600), shopping centres (Seattle's Northgate shopping mall US\$500.000), carros-fortes (Continental Armored Transport Company US\$40.000 e Brinks US\$3.600.000), o bombardeio da maior sinagoga de Idaho e o assassinato do radialista Alan Berg. O montante do dinheiro roubado foi distribuído entre líderes de importantes organizações fascistas, dentre os quais Richard Butler da Aryan Nations, William Pierce da National Alliance, Tom Metzger da WAR, Louis Beam, Frazier Miller da North Carolina Knights of the Ku Klux Klan e Bob Miles de Mountain Church. Conhecido como Oklahoma City Bombing, o atentado de 1995 teve como alvo um prédio do FBI. O responsável foi um jovem de 27 anos, Timothy McVeigh, com fortes ligações a milícias paramilitares, matando 167 pessoas e ferindo outras 650.

discutidos nesse projeto. O medo da ameaça terrorista será um dos grandes motivadores, maior talvez que a defesa retórica da democracia e da tolerância, dos projetos sociais e medidas legais encampados pelas diversas esferas governamentais.

No setor privado, destacamos as atividades desenvolvidas pela Anti-Defamation League (ADL) e pelo Southern Poverty Law Center (SPLC), voltadas para prevenção e combate às expressões de ódio e violência contra grupos minoritários. Os projetos procuram alcançar grupos sociais diversos - das vítimas aos perpetradores - bem como dimensões sociais variadas, com iniciativas nas áreas da educação, jurídica e processamento de informações. Chamam atenção os seguintes projetos: Hatewatches, sistemas de monitoramento das atividades de grupos de ódio (ADL, SPLC); os projetos A World of Difference e Holocaust Education and Remembrance (ADL); programa de treinamento e conscientização escolar Teaching Tolerance e o sistema de auxílio legal gratuito a vítimas de crime de ódio Legal Action.

A análise dos processos civis, dos mapas de ódio e dos sistemas de monitoramento, desenvolvidos pelas entidades privadas, bem como das estatísticas e relatórios do FBI e das legislações contra crimes de ódio, ajudam a perceber a dimensão de atuação e o impacto social dos grupos de ódio nos EUA para além dos discursos produzidos por eles. Tais documentos revelam tentativas de organização de estratégias de oposição e controle por parte da sociedade política e civil. O caráter informativo-educacional por parte de alguns programas e repressivo-condenatório por parte de outros demonstra o investimento público e privado em estratégias de coerção e de construção de consenso em prol da democracia. Contudo, há de se considerar o nível de eficácia de tais estratégias diante da defesa de uma democracia nos termos liberais, uma democracia tal qual vem operando atualmente e que, como temos observado, não vem se mostrando capaz de por fim ao ódio, à intolerância e à violência. O problema colocado é: será suficiente uma agenda somente em torno da democracia?

A dimensão “bad” da sociedade civil vem crescendo em nossos tempos. Mais do que um problema relativo ao preconceito culturalmente adquirido, educação e informação insuficientes, falta de representatividade e envolvimento cívico, acreditamos que a “bad civil society” é também um problema de justiça social.

A configuração do capitalismo em fins do século XX e início de XXI apresenta-se sob a especial interação e desenvolvimento de três processos: a mundialização da finança, o avanço da agenda neoliberal e uma nova organização do trabalho enxuta e flexível.(CHESNAIS, 2005; ANTUNES, 2007; CORIAT,1994) O neoliberalismo fora, pouco a pouco, ganhando terreno sob a alegação de fracasso do modelo reformista-keynesiano. Os novos direcionamentos da economia política neoliberal se definiriam pela maximização dos lucros, fazendo recuar as restrições impostas pelas políticas keynesianas, reforçando as desigualdades patrimoniais. Aquelas, ao oferecerem aos

trabalhadores certas garantias de emprego, legislação referente às condições de trabalho e seguridade social emperravam o livre caminho da lucratividade e ainda haviam, segundo a retórica neoliberal, levado o país a um quadro de estagnação e crise inflacionária.

Às portas de 1990 os EUA traziam na bagagem um déficit público e privado astronômico, uma economia demasiadamente exposta a ondas especulativas, falência por endividamento de inúmeras empresas e queda dramática na qualidade de vida.⁹

Assim, discursos que enfatizassem as crises econômica e moral, perda de status social e incompetência e traição governamental nos âmbitos interno e externo tornaram-se demasiadamente atraentes para setores da sociedade que, mais do que nunca, sentiam-se desnorteados. Imersos em um contexto de insegurança e sentindo-se ameaçados por mudanças que não lhes favoreciam, frações dos setores médios e das classes dominadas tenderam a estereotipar seus medos na figura do “outro”. Este, visto como inimigo, destituído da moral implícita do “ser americano” e desrespeitando o credo instituído pelos pais fundadores, acabou por legitimar sentimentos de rejeição e ataques violentos. O governo, por sua vez, não mais estaria a serviço ou prezaria pela segurança do “verdadeiro” americano, o “americano médio” e seu núcleo familiar patriarcal e moralista. Ao contrário, seus projetos estariam muito mais comprometidos com as causas de humanistas seculares, de grupos destituídos de valores morais e dos ditos setores “parasitários” da sociedade, mais especificamente negros e imigrantes latinos, pouco empenhados nas “coisas do trabalho” e basicamente interessados em viver dos programas do Estado.

Acreditamos que o processo de precarização da qualidade de vida - observado com o avanço do neoliberalismo e as novas formas de organização do trabalho - aliado à onda de reações às conquistas do movimento pelos direitos civis e relativas uma sociedade multicultural acabaram levando diferentes segmentos sociais, em especial da classe trabalhadora e da pequena burguesia, a criar “bodes expiatórios”, externando seus medos e descontentamentos de forma violenta e autoritária.

Estudos sobre a base sócio-econômica dos integrantes de organizações fascistas e outros grupos de ódio na Europa demonstram a íntima ligação entre o aumento do desemprego e o apoio a partidos e grupos extremistas.(JACKMAN;VOLPET, 1996; MITRA, 1988; VOERMAN;LUJCARDIE, 1992; PFAHL-TRAUGHBER, 2000) Nos EUA, o quadro é similar. Lá também são os desempregados, subcontratados, jovens bem instruídos, mas desesperançados com a falta de perspectiva no mercado de trabalho, ou seja, parcela da classe trabalhadora que vem experimentando queda na qualidade vida, que buscam suporte e algum senso de existência em grupos de ódio como milícias, organizações segregacionistas, neofascistas e grupos religiosos

⁹ O debate em torno da condição econômica e posição hegemônica dos EUA é abordado parcialmente por esse texto. O contraponto pode ser visto em: MEDEIROS,C., 2001; TAVARES, M.T&FIORI, J.L(org),1998.

fundamentalistas.(DIAMOND, 1995; BERLET;LYONS, 2000; APPLE, 2003; FINGUERUT, 2009)

A reação deu-se, então, na forma da ascensão de movimentos sociais de cunho patriarcal-moralista (movimento anti-gay, anti-feminista, anti-aborto) e de uma expansão sem precedentes de organizações segregacionistas e neofascistas. Grupos de ódio são um fenômeno social complexo e perigoso porque expressam descontentamentos legítimos acerca da queda de qualidade de vida nos EUA, canalizando os medos e as esperanças de setores sociais variados para uma alternativa política ainda mais discriminatória, desigual, opressora e violenta que a democracia liberal.

Apostando em estratégias variadas e sofisticadas de construção da cultura, as organizações atuais vão mobilizando um contingente crescente, se alimentando das mazelas estruturais do próprio sistema e da complacência gerada pelo preconceito, pela xenofobia e pelo furor contrarrevolucionário impressos na democracia liberal. Através da produção de materiais de mídia, cultos religiosos, comícios, eventos culturais ou atentados terroristas, essas organizações promovem e incentivam a violência e a eliminação daqueles que não se encaixam no padrão humano e político envisioned.

Preconceitos vários, todos socialmente construídos, são alimentados ao extremo, naturalizando a violência. Crises, depressões e as limitações da democracia liberal em prover bem-estar e estabilidade mínimos são outros componentes, que levam multidões de desesperados a projetar seus medos em teorias conspiratórias e “bodes expiatórios”, concebendo soluções violentas e autoritárias como alternativas desejáveis.

O apelo e a popularidade de saídas salvacionistas e autoritárias são sintomáticos de fissuras profundas, que comprometem a estabilidade da democracia capitalista.¹⁰ A sedução provocada pelo fascismo, pelo segregacionismo e pelo fundamentalismo religioso utiliza-se de condições sociais,

¹⁰ Diversas correntes teóricas apontam, por caminhos distintos, a falência da democracia, ainda que associada a outros elementos, como chave explicativa para se entender a emergência de alternativas violentas e autoritárias.

Autores marxistas associam a falência ou fraqueza da democracia liberal ao acirramento dos conflitos de classe e a incapacidade do sistema de assimilar divergências profundas. BAUER, Otto. O fascismo. In: FALCON, Francisco et.alli(org). Fascismo. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. POULANTZAS, Nicos. Fascism and Dictatorship. NLB: London, 1974. KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Autores de orientação liberal apontam para o abalo do liberalismo democrático, de tal modo que seus métodos não se mostram mais eficazes para a resolução dos conflitos de interesses dos grupos dirigentes. O fascismo refletiria a irrupção das massas no cenário político, conduzidas por um líder forte. MANHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Bologna, 1957. BRACHER, Karl Dietrich. The Role of Hitler: perspectives and interpretations. In: LAQUEUR, Walter. Fascism: a reader's guide. Middlesex: Pelican Books, 1979.

Há ainda estudos de influência weberiana, adaptações modernas do arquétipo da dominação carismática. Filha da crise, a dominação carismática é o resultado de situações extraordinárias internas (psíquicas, religiosas) e/ou externas (econômicas, políticas). No caso da Alemanha, os fatores culturais e psicológicos que importam para o predomínio de formas carismáticas de tipo fascista teriam sido: o colapso relativamente recente da monarquia; resquícios por parte de alguns setores sociais de aspiração à autoridade suprema/heróica; o impacto traumático da guerra e do tratado de Versalhes; valores militaristas e chauvinistas. Somou-se a isso a profunda crise econômico-social do entre guerras. Da incapacidade da República de Weimar, uma organização estatal pautada na dominação impessoal, racional e legal em lidar com essa crise global teria surgido a brecha necessária para a aceitação de um novo sistema de governo, agora baseado no exercício do poder pessoal. KERSHAW, Ian. Hitler: um perfil do poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

políticas e econômicas desfavoráveis; envolve e fascina por apresentar, ao menos na retórica, soluções rápidas, seguras e definitivas para um cenário de descrença e instabilidade; torna-se irresistível por seu tom acusatório do “outro” como fonte do problema, isentando os demais de qualquer contribuição na construção de um cenário social adverso.

Uma solução efetiva para o problema há de levar em conta todos esses aspectos. Grupos de ódio hoje se organizam primordialmente na sociedade civil, mas seu crescimento revela um problema de ordem social mais geral. Entendemos que o caminho para uma sociedade menos intolerante e autoritária está justamente em olhar para além do âmbito da sociedade civil, incentivando não somente a construção de organizações privadas afinadas com o multiculturalismo e com a democracia, mas lutando igualmente pela implementação de políticas públicas inclusivas e uma organização do trabalho menos desigual.

Bibliografia

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir. (org). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. São Paulo: Unesp, 1991.

APPLE, Michael. Educando à Direita: Mercado, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez, 2003.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

BERLET, Chip & LYONS, Mathew. Right-wing populism in America: too close for comfort. New York: Guilford Press, 2000.

BIANCHI, Alvaro. O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

BOBBIO, Norberto. O filósofo e a política: antologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

BRENNER, Robert. O boom e a bolha. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRUNHOFF, Suzanne de. A hora do mercado: crítica do liberalismo. São Paulo: Unesp, 1991.

CHAMBERS, Simone; KOPSTEIN, Jeffrey. Bad civil society. Political Theory.vol.29.N.6. December, 2001.

CHESNAIS, François (org). A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

CONSTANT, Benjamin. Escritos de Política. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CORIAT, Benjamin. Pensar pelo avesso. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. Porto Alegre: L&PM,1981.

- DAHRENDORF, Ralf. Class and Class conflict in industrial society. California: Stanford Univ. Press, 1959.
- DIAS, Edmundo Fernandes et alli. O Outro Gramsci. São Paulo: Xamã, 1996.
- DIAMOND, Sara. Roads to Dominion: right-wing movements and political power in the United States. NY: Gilford Press, 1995.
- DOBRAZ, Betty; SHANKS-MEILE, Stephanie. The White separatist movement in the United States: White Power, White pride. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 2000.
- FRASER, Steve; GERSTLE, Gary (org). The rise and fall of the New Deal Order: 1930-1980. New Jersey: Princeton Univ. Press, 1989.
- FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Vol.2 e 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HAYEK, Friedrich. O caminho da servidão. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- JACKMAN, Robert; VOLPET, Karin. Conditions favouring parties of the extreme-right in Western Europe. British journal of Political Science. 26.n.4, 1996.p. 501-521.
- LOSURDO, Domenico. Democracia ou Bonapartismo. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2004.p.300-322.
- MARX, Karl. Os Pensadores. nº35. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- McCHESNEY, Robert. Mídia global, neoliberalismo e imperialismo. MORAES, Dênis (org.) Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- MITRA, Subrata. The national Front in France: a single issue movement? In: BEYNE, Klaus von (ed). Right-wing extremism in Western Europe. London: Frank Cass, 1988.
- PFAHL-TRAUGHER, Armin. Die Entwicklung des Rechtsextremismus in Ost und Westdeutschland. Aus Politik und Zeitgeschichte.n.39, 2000.p.3-14.
- RIDGEWAY, James. Blood in the face: the Ku Klux Klan, Aryan Nations, Nazi Skinheads, and the rise of a new white culture. New York: Thunder's Mouth Press, 1995.
- SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SWEETZ, Paul; MAGDOFF, Harry. A crise do capitalismo americano. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- VOERMAN, Gerrit; LUJCARDIE, Paul. The extreme- right in Netherlands. European Journal of Political Research. 22.n.1, 1992.p.34-54.
- WOOD, Ellen M. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2006.

Anti-Defamation League:

- Anti-Defamation League. A World of Difference Institute. http://www.adl.org/education/edu_awod/awod_history.asp.
- Anti-Defamation League. Holocaust Education and Remembrance. http://www.adl.org/education/edu_holocaust/default_holocaust.asp.

Southern Poverty Law Center:

- Southern Poverty Law Center. Hate map. <http://www.splcenter.org/get-informed/hate-map#s=CA>
- Southern Poverty Law Center. Teaching Tolerance. <http://www.splcenter.org/what-we-do/teaching-tolerance>.
- Southern Poverty Law Center. Legal Action. <http://www.splcenter.org/get-informed/case-docket?keys=&agenda=21&landmark=All>

Department of Justice:

- Bureau of Justice Assistance. U.S. Department of Justice. A policymaker's guide to hate crimes. 1997. Alderman Library, University of Virginia.
- CRS bulletin. Community Relations Service. U.S. Department of Justice. Hate Crime: the violence of intolerance, 1998. Alderman Library. University of Virginia.
- Federal Bureau of Investigation. National Alliance. Parts 1-13. File number 157-12589.
- Federal Bureau of Investigation. Aryan Nations. Part 1. BT 177A-21.
- Federal Bureau of Investigation. U.S. Department of Justice. Training Guide for Hate Crime
- Federal Bureau of Investigation. U.S. Department of Justice. Reported Hate Crime in USA (1992-2000); Research on Bias Motivation. Hate Crime Statistics. <http://www.fbi.gov/about-us/cjis/ucr/hate-crime/2000>.

Legislação relativa aos crimes de ódio:

- Hate Crimes Prevention Act. National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2010/Division E (H.R.2647). <http://www.opencongress.org/bill/111-h2647/show>.
- Hate Crime Statistics Act - 1990 (28 U.S.C. 534). Library of Congress - Thomas. Washington D.C.
- Violent Crime Control and Law Enforcement Act - 1994 (28 U.S.C. 994 note). Library of Congress - Thomas. Washington D.C.